

Plano é “congelar” Pazzianotto e Alves

Se vier mesmo o congelamento da URP para os funcionários da administração direta e das empresas estatais, terão triunfado a fórmula e a vontade dos ministros da Fazenda, Mailson da Nóbrega, e do Planejamento, João Batista de Abreu, que se fixaram nesta proposta desde o início dos estudos do novo “pacote”, há dois meses.

Contra a medida estão os ministros do Trabalho, Almir Pazzianotto, e os da área militar, representados pelo chefe do Estado Maior das Forças Armadas (Emfa), brigadeiro Paulo Roberto Camarinha, que sempre expressou o ponto de vista do setor com veemência e clareza. Numa oposição mais velada, está o ministro da Administração, Aluízio Alves. Segundo contou uma fonte do Palácio do Planalto, para contornar esta oposição, o governo busca uma vaga no Tribunal de Contas da União para o ministro Aluízio Alves. A oposição de Pazzianotto, segundo a mesma fonte, pode-

rá ser vencida com sua indicação para uma vaga no Tribunal Superior do Trabalho, embora “agora não haja vagas disponíveis”, ele disse. Sobre Camarinha, a fonte nada falou.

Há alguns dias, a Secretaria Especial de Administração Pública da Presidência (Sedap) está afastada da discussão sobre as medidas em gestação no governo. O motivo, de acordo com uma fonte da Sedap, foram os desentendimentos sobre os valores da folha de pagamentos entre técnicos da Fazenda e da Sedap.

No início dos estudos das medidas, assessores do ministro da Fazenda chegaram a pregar a demissão de funcionários da administração direta como a melhor medida em termos econômicos e que menos problemas jurídicos provocaria. O maior defensor desta tese foi o então secretário do Tesouro, Paulo Cesar Ximenes — hoje secretário-geral da Fazenda. Mas Ximenes e a equipe econômica deixaram a idéia de

lado em razão do veto do presidente José Sarney.

A sintonia que há entre os ministros da Fazenda e do Planejamento já não é à mesma quando se trata de parte do Ministério da Fazenda (a Secretaria do Tesouro) e o Banco Central. O corpo técnico do Tesouro defende a manutenção de taxas de juros reais mais baixas possíveis — entre 3,5% e 4% ao ano —, enquanto o BC prega taxas reais mais altas, entre 6% e 8% ao ano.

O Tesouro quer taxas mais baixas para diminuir os custos de colocação e rolagem de suas letras financeiras (LTFs), que geram recursos para a cobertura dos déficits mensais do orçamento geral da União. O BC acha que a liquidez da economia está maior do que a desejável; com as taxas mais altas conseguiria colocar os títulos públicos de sua carteira mais facilmente no mercado, além de atraírem mais recursos para as aplicações financeiras, diminuindo a liquidez.